

Mais de 120 mil alunos nas escolas piratas do Rio

A fiscalização deficiente e a falta de vagas na rede pública fazem com que existam cerca de mil colégios clandestinos

Angelina Nunes

• O uniforme, as provas e a festa de formatura nem sempre são indícios de conclusão de um curso regular. Pode ser o início de uma grande dor de cabeça. Escondidas atrás da falta de documentação necessária e da fiscalização precária do poder público, escolas de Primeiro e Segundo Graus acolhem em seus bancos pelo menos 120 mil alunos. Elas são chamadas de clandestinas, irregulares, piratas ou de "fundo de quintal". Podem funcionar em instalações modestas na Baixada Fluminense, Zonas Oeste e Norte ou em prédios modernos da Zona Sul. Estima-se que elas formem um grupo que ultrapassa a casa das mil unidades. Esse ensino paralelo sonega impostos e dribla a inspeção das secretarias de Educação do Estado e do Município. E os alunos correm um grande risco: ao fim do Segundo Grau, seus certificados não têm validade.

Proprietários dessas escolas argumentam que a demora na regularização é motivada pela burocracia imposta pelas secretarias. Os donos das escolas regulares criticam a concorrência que, na maioria dos casos, chega a oferecer uma mensalidade pela metade do valor que eles cobram. Na outra ponta, os pais de alunos justificam essa opção pela falta de vagas na rede pública.

Na Baixada, prestação do CA varia de R\$ 20 a R\$ 35

A lista de exigências das secretarias é detalhada: desde o alvará até especificações de corrente de ar, luminosidade e espaço físico para os alunos. Pelas normas, cada aluno ocuparia um metro quadrado. Seguir os padrões é que é o problema.

— Na Baixada, muitas escolinhas começaram com duas ou quatro salas no fundo do quintal. Uma normalista começava a dar aulas e transformava isso em escolinha, com uniforme e tudo. Calculamos em cerca de 800 escolas clandestinas do jardim à 4ª série só na área que abrange São Gonçalo, Niterói e Baixada — afirmou Withe Abrahão, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de São João de Meriti e membro da diretoria da Federação Intermunicipal de Ensino da Baixada.

Segundo Abrahão, a febre das escolas nessa área está ligada à precariedade do ensino da rede pública.

— Mas essas escolas sonegam os impostos e não se responsabilizam pelos encargos sociais dos professores. Além disso, não têm um programa de orientação pedagógica — concluiu Abrahão.

Na Baixada, uma mensalidade do jardim ou CA de uma escola ilegal varia de R\$ 20 a R\$ 35. Já na Zona Norte do Rio, esse valor chega a R\$ 45.

— Não concordo que chamem

minha escola de clandestina. Estamos tentando nos regularizar. Já temos alvará e daremos entrada no pedido na secretaria. Mas eles criam tantas dificuldades que a gente pensa até em desistir — defendeu-se Kelly Ribeiro, proprietária de uma escola na Zona Norte que atende a uma centena de alunos do jardim ao CA.

A escola de Kelly tem bom espaço e parquinho para as crianças. Mas ela reclama principalmente da lista de documentos que deverá apresentar:

— Até agora não me perguntaram pela parte pedagógica da escola, o mais importante. No bairro não há opções para os pais. Eles querem seus filhos na escola. Não podem pagar um preço maior e não conseguiram vagas nas escolas municipais. Meus alunos têm bom desempenho quando ingressam em outras escolas.

Advogada diz que pais são vítimas de estelionato

Essas argumentações não comovem a secretária-geral do Conselho Estadual de Educação (CEE), Luci Martins, que reconhece que o problema é grave. Ela admite que o número de inspetores estaduais é insuficiente. Os processos de legalização das escolas do Segundo Grau passam pelo CEE. Outra agravante são os 500 processos com portarias pendentes, sem a publicação obrigatória no Diário Oficial. Portanto, mesmo aprovadas, enquanto não foram publicadas, essas escolas também estão irregulares.

Luci Martins explicou que a situação dos alunos é delicada. Até a 5ª série, ele poderá ingressar em outra escola regular mediante prova. Mas se ele tiver completado o Segundo Grau, terá o certificado negado pela secretaria e não poderá se inscrever, por exemplo, em universidades.

— Há um grande comércio por trás dessas unidades de ensino — criticou a advogada Francisca Pretzel, conselheira do CEE e membro da direção da Associação de Pais e Alunos do Rio de Janeiro (Apaerj). — São estelionatos modernos. Mas a culpa não é apenas do empresário. O poder público fiscalizar.

No Município do Rio, a fiscalização é mais eficaz que no estado. No ano passado, a Secretaria de Educação fechou 66 escolas irregulares do jardim ao Primeiro Grau. Pelos cálculos da secretaria, existem 440 escolas irregulares que estão sendo acompanhadas pela fiscalização, com prazos para apresentar documentação. Mas aquelas de fundo de quintal não são computadas. Na secretaria estadual, a atual gestão recebeu dois mil processos para legalização. Desses, estão pendentes 961. A vistoria considerou 14 escolas irregulares, que estão se adequando à legislação. O estado fechou apenas duas escolas ilegais. ■



KELLY RIBEIRO brinca com alguns de seus alunos: 'Eu não concordo que chamem a minha escola de clandestina. Estamos tentando regularizar nossa situação'

Hipólito Pereira